

O SENTIDO OCULTO DO VALOR DO TRABALHO E SUA IMPLICAÇÃO NO SETOR BANCÁRIO: UM ESTUDO DE CASO PARA MARINGÁ-PR E REGIÃO METROPOLITANA

Carla Fabiana de Andrade Gonçalves Iori¹
Alfredo Batista

Resumo

O trabalho que ora apresentamos, resultado de uma pesquisa acadêmica, traz como centralidade colocar o debate de como o sentido oculto do valor do trabalho, apresentado nas relações estabelecidas por trabalhadores que exercem suas atividades na esfera da reprodução social – setor bancário – apreendem, compreendem e analisam o seu fazer e o seu pensar. Para apropriarmos as determinações que envolvem o objeto e efetivarmos suas possíveis mediações, realizamos uma pesquisa de campo entrevistando profissionais da cidade e Região Metropolitana de Maringá, no período de 2000 a 2010, que exercitaram suas habilidades nesse setor em momento histórico de profunda reestruturação produtiva. A condução da pesquisa tem como objetivo a apreensão das dimensões das ações do trabalhador bancário em um cenário de transformações técnicas, científicas e organizacionais. Sob o rigor da referência marxiana e tradição marxista, buscamos apreender e analisar o objeto de estudo/pesquisa em seu movimento contraditório e concluímos o modo contemporâneo de produção, reprodução e gestão do trabalho que preserva e aprofunda a subordinação do trabalho ao capital, degradando as condições laborais de milhares de bancários, colocando-os na situação de objeto e não de sujeitos em todo o processo de reprodução social.

Palavras-chave

Força de trabalho, Sistema financeiro, Capital.

Abstract

The work presented here is the result of academic research, bring as cen-

¹ Graduada em Ciências Econômicas (Universidade Estadual de Maringá-UEM), Especialista em Gestão Financeira e Contábil e Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste). E-mail: carlafabianadeandradegoncalves@gmail.com

tral place the as debate the hidden sense of the value of the work presented in the relationships established by workers who exercise their activities in the sphere of social reproduction - banking - perceive, understand and analyze your doing and your sorrow. For appropriating the determinations involving the object and effect the possible mediations conducted a city professional interviewing field research and the metropolitan region of Maringá from 2000 to 2010 who exercised their skills in this sector in the historical moment of profound restructuring process. The conduct of research aims to grasp the dimensions of the shares of the banking worker in a scenario of technical, scientific and organizational transformations. Under the rigor of Marxian reference and Marxist tradition, we seek to grasp and analyze the study/research object in its contradictory movement, and concluded the contemporary mode of production, reproduction and management of work that preserves and deepens the subordination of labor to capital, degrading working conditions of thousands of bank placing the object in position and no subjects in any social reproduction process.

Keywords

Labor. Banking. Capital. Value.

Introdução

A partir da crise da década de 1970 do século XX, com a liberalização, desregulamentação e mundialização dos mercados, o sistema financeiro, em particular, acelera seu processo de expansão em âmbito universal, alcançando a mundialização financeira. Este movimento contribui, decisivamente, para que ocorram ações que culminam com a ampliação da informalidade do trabalho, a implantação do aumento da flexibilização do emprego e dos salários e a disseminação de mecanismos de controle e gestão. É nesse âmbito que a força de trabalho bancária recrudescer à medida que se complexifica o capitalismo monopolista em sua fase tardia. Destarte, nesse contexto, obscurece-se a determinação antagônica que funda a apropriação do trabalho pelo capital ao perseguir a adesão e mobilização dos trabalhadores ao projeto contemporâneo de acumulação capitalista (JINKINGS, 2000).

A sociedade está integrada pela esfera econômica a partir do sistema capitalista de produção, em que o objetivo primeiro e único é o lucro. O desenvolvimento desse modo de produção apresenta uma característica que é condição prévia: a separação entre trabalho e os meios de produção de forma que o proprietário do trabalho (que coloca a força de trabalho em movimento) perceba-se obrigado a vendê-la ao proprietário dos meios de produção em troca de um salário. Isso acontece devido ao trabalhador direto – o verdadeiro e genuíno produtor – ter sido expropriado previamente de toda a propriedade e vê-se obrigado, para sobreviver, a vender a única coisa de que dispõe: sua for-

ça de trabalho, tornando-se, assim, assalariado. Como resposta a esse processo, apresenta-se outra dimensão: a dominação da consciência e o comprometimento da subjetividade do trabalhador. Mézáros (2009, p. 55) nos apresenta que no sistema capitalista há um “controle social que foi alienado do corpo social e transferido para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo critério de maior ou menor participação no controle da produção e distribuição”.

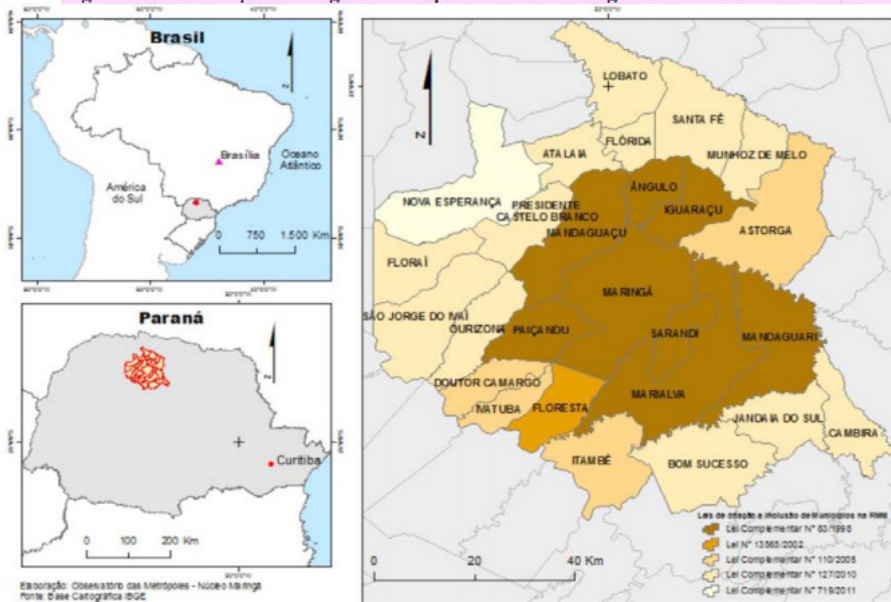
Desta maneira, o trabalho não pode ser apropriado e analisado somente segundo aspectos técnicos, pelo seu conteúdo material, mas sim, segundo sua forma social histórico-concreta. Marx (2012), ao buscar a determinação do valor do trabalho, apresenta o sentido oculto dessa dimensão, haja vista tratar-se de desvendar o segredo do modo de produção capitalista, que, muitas vezes, esconde-se sob o deslumbrante desenvolvimento das forças produtivas.

É na realização cotidiana do trabalho que o ser social se reconhece, no entanto, a relação capital/trabalho modificou substancialmente essa premissa. Nesse contexto, o presente estudo ocupase em refletir o sentido da submissão “com anuência” a uma situação desfavorecedora por parte dos trabalhadores bancários. Deixou-se revelar o seguinte questionamento: **como o sentido oculto do valor do trabalho, apresentado nas relações estabelecidas pelos trabalhadores bancários em seu cotidiano, é apreendido e compreendido?**

Baseando-se, empiricamente, na adesão absoluta do trabalhador bancário às táticas para aumento da produtividade é que este estudo se apresenta. A condução da pesquisa tem como objetivo a apreensão das dimensões das ações do trabalhador bancário em um cenário de transformações técnicas, científicas e organizacionais. A delimitação espacial e temporal dos sujeitos da pesquisa ocorreu sobre as relações estabelecidas dos funcionários da cidade e Região Metropolitana de Maringá, no período de 2000 a 2010. O intenso processo de reestruturação, tanto tecnológica como organizacional, modificou (como veremos mais adiante) de forma significativa o trabalho nos bancos. Consequentemente, refratou nas relações de poder constituídas no interior das instituições financeiras o perfil pessoal e profissional do trabalhador bancário, bem como seu campo objetivo/subjetivo.

Para entrarmos no universo particular que abrange e delimita nosso objeto da pesquisa, é necessário, de forma breve, visualizar os aspectos históricos e geográficos presentes na Região Metropolitana de Maringá (RMM). Esta foi instituída pela Lei Estadual nº 83/1998. Antes de 2012, a RMM era composta por oito municípios. No entanto, conforme a figura 1, a partir de 2012 a RMM passou a ser composta por 26 cidades.

Figura 1: Localização da Região Metropolitana de Maringá no Estado do Paraná-Brasil



Fonte: Ipardes (2013)

As manifestações da contradição entre capital/trabalho

A relação capital/trabalho é explicativa da maneira inovadora de trabalhar e ser do trabalhador bancário. Impessoalidade e concorrência interna entre indivíduos dentro da mesma instituição financeira destacam-se como fatores preponderantes diante da cultura de excelência da produtividade. São padrões de comportamento e sentimento em relação ao trabalho que nos remete ao conceito de alienação para Marx. Para o presente trabalho, os trabalhadores entrevistados (seis), na sua totalidade, explicitam e revelam a precarização enfrentada na nova materialidade.

A exclusão do homem em relação à posse dos bens de produção e do resultado combinado destes e do trabalho só pode se perpetuar na medida que o próprio homem não se reconheça enquanto sujeito da história. Uma vez que a sociedade capitalista esteja constituída, ela precisa dominar o corpo e as mentes dos que alimentam um sistema que traz por consequência a própria negação das mesmas. Esses indivíduos não devem ser capazes de perceber essa dicotomia. Sua concepção de vida deve se restringir à necessidade do trabalho para a própria sobrevivência e da sua prole. O sistema pode ainda excluí-lo do mercado de trabalho, entretanto, essa situação deve ser admitida tal como frustração pessoal, falta de competência ou conhecimento para estar empregado. Ter trabalho e estar trabalhando torna-se perspectiva social, o comportamento socialmente aceitável (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). O que o proletário assiste é uma mistura de moral deturpada e cultura de massa permeada pelo ideal de trabalho (e consumo) que anula enquanto agente social e histórico, fazendo de sua participação nessa existência mera marcha e conveniência ao sistema que vivencia.

O próprio trabalho é a utilização da força de trabalho. O trabalhador põe em movimento as forças naturais pertencentes ao seu corpo: braços, pernas, cabeça, mãos. Ao atuar sobre a natureza externa ele modifica sua própria natureza. Para Marx (2012), o capitalista adquire a mercadoria, força de trabalho e vende uma mercadoria diferente: aquela produzida com a força de trabalho no decorrer do processo de produção. O valor da força de trabalho era determinado, como no caso de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário para sua manutenção e reprodução. A força de trabalho equivale ao valor dos meios de subsistência necessários para manutenção do trabalhador a um padrão mínimo de vida socialmente definido. Tem-se no trabalho a mercadoria (única) que o trabalhador possui para vender ao capitalista. A precificação da “mercadoria”, ou seja, o valor dela, dentro desse modo de produção, é determinado como o de qualquer outra. Partindo da premissa que o trabalho é a protogênese da existência humana, tem-se então um caminho possível para analisarmos a observação pertinente dos autores ao afirmar que a expressão “valor do trabalho” é possuidora de sentido oculto.

Ao fundamentar-se nas contribuições de Karl Marx (2012), entendemos que o trabalho humano é o ponto de partida e de chegada do processo de humanização. No entanto, é necessário registrar que no modo de produção capitalista em especial, ao transformar as relações de produção e de reprodução sob a determinação do trabalho em sua forma de força de trabalho assalariada, ao inovado é colocado em movimento: o que era finalidade central do ser social (fonte criadora) converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria cuja finalidade é produzir novas mercadorias e valorizar o capital. O trabalho converte-se em meio e não primeira necessidade de criação e realização humana.

Em “As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem”, Lukács (1979) vai se ocupar da ontologia do ser social e apresenta o trabalho como um ato de pôr consciente, pressupõe um conhecimento concreto ainda que jamais perfeito de determinadas finalidades e de determinados meios. Ainda com Lukács (1979) tem-se que, com justa razão, pode-se designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem por meio do trabalho como o único ser que faz perguntas e dá respostas.

Ao buscar o “sentido oculto” da expressão força de trabalho, tem-se a percepção de que nos moldes do sistema capitalista de produção o valor da força de trabalho é fixado como o de outra mercadoria qualquer. Não há pretensão de discutir se há “justiça” ou salário ideal. Mas é observável que pleitear, reivindicar uma “retribuição equitativa” no sistema de produção capitalista é o mesmo, como afirma Marx, que querer ser livre no sistema escravocrata. Apresenta-se um problema ao analisar, questionar e principalmente refletir.

Todos vós estais completamente convencidos de que aquilo que vendeis todos os dias é vosso trabalho; de que, portanto, o trabalho tem um preço e que, embora o preço de uma mercadoria mais não seja que a expressão em dinheiro do seu valor, deve existir,

sem dúvida alguma, qualquer coisa parecida com o valor do trabalho. E, não obstante, não existe tal coisa como o valor do trabalho no sentido corrente da palavra. Vimos que a quantidade de trabalho necessário cristalizado numa mercadoria constitui o seu valor. Aplicando agora este conceito do valor, como poderíamos determinar o valor de uma jornada de trabalho de 10 horas, por exemplo? Quanto trabalho está contido nesta jornada? Dez horas de trabalho. Se disséssemos que o valor de uma jornada de trabalho de 10 horas equivale a 10 horas de trabalho, ou à quantidade de trabalho contido nela, faríamos uma afirmação tautológica e, além disso, sem sentido. Naturalmente, depois de haver desentranhado o sentido verdadeiro, porém oculto, da expressão valor do trabalho, estaremos em condições de interpretar esta aplicação irracional e aparentemente impossível do valor, do mesmo modo que estamos em condições de explicar os movimentos, aparentes ou somente perceptíveis em certas formas, dos corpos celestes, depois de termos descoberto os seus movimentos reais (MARX, 1978, p. 80).

O valor da força de trabalho para o capital resulta da reprodução da existência material e social dos trabalhadores. De um lado, a reprodução da capacidade de trabalho cria o pressuposto material do trabalho; do outro, a produção da capacidade de criar valor é a reprodução da separação do trabalhador de seus meios de produção, reprodução essa que o obriga a vender sua força de trabalho como única forma de participar da riqueza produzida pela sociedade. (NASCIMENTO, 1988).

A relação de troca entre capital e trabalho aparece como uma relação de troca comum de mercadorias. Nesta relação, aqueles que trocam aparecem, num primeiro momento, como iguais, pois trocam equivalentes, e como livres, pois o intercâmbio é livremente escolhido, dependendo apenas da vontade dos agentes. No entanto, os pressupostos históricos, os quais estão inseridos, negam esta liberdade e igualdade. (NASCIMENTO, 1988).

A negação da liberdade na relação de troca entre capital e trabalho implica na venda compulsória por parte do trabalhador da sua força de trabalho, como única forma de participar da riqueza material da sociedade. A negação da igualdade nesta troca, por sua vez, implica no valor superior produzido pelo trabalhador, comprado daquele de que se apropriou na troca.

Por fim, o trabalhador é consumidor, estabelece relações mercantis com proprietários de mercadorias. Sua liberdade aparece, neste momento, como possibilidade de escolher livremente o seu consumo. No entanto, esta liberdade é limitada, na medida em que o próprio valor de troca que possui em mãos é limitado pelas relações de produção de que participa.

O impacto da reestruturação produtiva no cotidiano do trabalhador bancário na contemporaneidade

A tecnologia de base na microeletrônica tem como objetivo a adaptação do aparelho produtivo à realidade dos mercados, cada vez mais instáveis e competitivos. Essas tecnologias, paulatinamente, foram sendo introduzidas

no setor bancário como uma das expressões da reestruturação produtiva e industrial em escala mundial. Trata-se de implicações significativas tanto no mercado de trabalho quanto no trabalho dentro das empresas, tais como: qualificação em determinados setores e desqualificação em outros, insegurança no trabalho, estresse, “novas” doenças do trabalho, terceirização, flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, intensificação do ritmo do trabalho em função das novas tecnologias, contratação temporária de trabalhadores e do desemprego estrutural.

No estágio atual do modo de produção, os processos de utilização de tecnologias e técnicas produtivas estão radicalizados. As funções reflexivas, abstratas do trabalhador são executadas pelos novos mecanismos tecnológicos, inaugurando aquilo que Lojkine (1995) define como revolução informacional.

O uso da tecnologia passa a ser orientado por princípios neoliberais focados na integração das empresas transnacionais por meio da construção e consolidação de uma estrutura produtiva assentada na rede mundial de computadores, da comunicação e informação integradas à realização da produção e do comércio internacional. Os impactos fizeram-se sentir rapidamente. A máquina é parte constitutiva do cotidiano dos trabalhadores, em particular, nesse momento, dos bancários. Ela assume poderes que até o presente momento ainda não fazia parte do cotidiano nos espaços de trabalho bancário e, além de ampliar e qualificar as tarefas, é um instrumento decisivo para controlar as ações individuais de cada bancário. Esse mecanismo “morto” passa a dominar a vida dos trabalhadores e silenciosamente aumenta a extração do trabalho em sua manifestação excedente.

De forma semelhante à manifestação ocorrida na era da tecelagem na Inglaterra e na França, particularmente durante o século XIX, os trabalhadores passam a cumprir o papel de apêndice das máquinas, com um elemento diferencial: o trabalhador necessita obter conhecimentos básicos para dominar as aplicações exigidas, mas, com certeza, são ações simples que exigem do trabalhador atos repetitivos, deixando-os em condições deploráveis física e psicologicamente no trabalho e fora dele.

Nos bancos, o ritmo de trabalho dos caixas, por exemplo, foi intensificado. Eles passaram a exercer múltiplas tarefas, além de efetuar pagamentos e recebimentos de papéis; têm de vender os mais diversos produtos bancários: seguros, capitalização, débito automático, serviços do *mobile banking*. Simultaneamente, tornaram-se mais dependentes da máquina, visto que os lançamentos e as conferências competentes são realizados no próprio terminal. Os trabalhadores que desenvolvem suas atividades nos caixas inovam seu perfil de qualificação exigido pelos bancos, nessa era, “muitas vezes automeiam-se ‘especialistas’ em máquinas de autenticação” (BLASS, 1992, p. 51).

No conteúdo apresentado pelo entrevistado (E), este movimento diário é explicitado abertamente:

“No começo, quando eu era caixa, eu queria muito ser promovido, ser reco-

nhecido. Porque ficar ali, o dia inteiro autenticando documento, (...) parecia um robô. Ninguém dava valor no que você fazia (...) Muitas vezes parecia que eu nem estava ali. Muitos colegas passavam por mim, nem “bom dia” falavam. Só que faziam piadinhas. É... (pausa) às vezes é bom, às vezes é ruim: o negócio é que ser caixa é ninguém te ver.”

Os bancos fazem uso de tecnologias leves (*software*). Estas deixam ao alcance a remodelagem da organização gerencial com a consequente redução de níveis hierárquicos e a implantação de programas que, na sua essência, procuram incorporar as habilidades do trabalhador bancário às tecnologias de ponta disponíveis, transformando a atividade trabalho na sua totalidade.

A fase em curso da acumulação coloca em evidência a necessidade do capital em constituir uma ideologia do trabalho emergente da inter-relação entre produção e inovações tecnológicas, informacionais e entre trabalhadores da produção e trabalhadores da informação. Essa realidade implica em relações de trabalho complexas e, portanto, difíceis de serem visualizadas. Abre-se a necessidade de apropriar-se a aplicação da revolução científica, agora materializada nas máquinas e nas alterações organizacionais.

No mesmo ritmo da aplicação das novas tecnologias da informação, as mudanças na organização e gestão do trabalho são resultados da reestruturação produtiva, ocorrida no Brasil a partir dos anos 1990. O setor bancário empreende, nessa perspectiva, a busca de novas políticas de gestão empresarial e da força de trabalho que deem conta de formar uma mentalidade receptiva à necessária reestruturação produtiva pela qual suas empresas têm de passar para se manterem competitivas (WOLF, 2004).

A refração das transformações societárias na categoria bancária, sob os aspectos tecnológicos e organizacionais, apresenta como aliado determinante os métodos de produção e reprodução social presente nas formulações do taylorismo/fordismo e, principalmente no período pós-1980, no setor bancário, o modelo toyotista.

A atribuição ao Toyotismo, conforme Alves (2007), dá-se no controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista, ou seja, a captura da subjetividade do trabalho pela produção do capital e com a manipulação do consentimento do trabalho por meio de um conjunto amplo de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo produtivo. No setor bancário, o reflexo desse modo produtivo pode ser apreendido por meio da fala do entrevistado (E):

“(...) antes era quase um trabalho ‘braçal...’ não era ‘braçal’, mas como se fosse, entende?! Mais ou menos assim, para fazer uma correlação. Era mais um executante. O cara que trabalhava no cadastro, era do cadastro. O cara que trabalhava no caixa, era do caixa. Era aquilo... cada um na sua função. Depois de toda essa mudança... essa evolução... o bancário deixou de ser um executor, passou a ser um vendedor, um agente de negócios para dentro do banco.”

Nenhum setor ficou isento da revolução organizacional e técnico-científica no interior do setor bancário. Porém, destaca-se como a centralidade administrativa que sofreu mudanças profundas em diversos serviços, como o de cobrança e arrecadação. A partir desse momento ampliou o controle dos processos oriundos das agências e, conseqüentemente, a perda das agências em relação à autonomia de que eram possuidoras. O capital financeiro, por meio dos equipamentos de informática, apropria-se dos conteúdos de todas as tarefas que tinham, em seu domínio, a atividade manual.

O deslocamento da retaguarda da agência, para um segundo plano, atinge o serviço contábil, até então realizado na agência. O contador passa a ser figura acessória ou em extinção, sendo substituído pelo chefe de serviço ou de expediente (ACCORSI, 1990, p. 49 *apud* IZUMI, 1998, p. 61).

Em geral são dois grupos que atuam no interior das agências bancárias: da administração e da área comercial. A primeira é composta pelos caixas, tesoureiros (em algumas agências), técnico atendente e gerente administrativo. A área comercial é composta pelos gerentes de negócios, assistentes (nas agências maiores) e gerentes de agência. O novo ambiente proposto pelo capitalismo financeiro contemporâneo se prevalece da área comercial, nos bancos, para cumprir seu objetivo final: lucro. São instituídas metas, ou seja, compromissos com os funcionários (de todos os setores) para serem entregues em um determinado período de tempo, na maioria das vezes, mensal.

Neste universo, é de responsabilidade dos trabalhadores a venda de seguros, capitalização, consórcios, financiamento diversos, contas correntes, cartões, produtos de investimento e outros. O cumprimento desses objetivos pelos trabalhadores é o parâmetro para a ascensão de cargos e salários nas instituições. Isso acarreta uma disputa acirrada entre os “colaboradores”, como são chamados docilmente pela empresa que os contrata. O perfil de vendedor deve ser uma habilidade inerente ao trabalhador para que possa se adequar às cobranças, principalmente na área comercial.

É um discurso institucional que propaga a exigência de uma nova “qualificação”, faz apologia do profissional polivalente, que exalta múltiplos conhecimentos, habilidades e atributos tidos como imprescindíveis à realização eficiente do trabalho. Esse enredo resulta em peculiaridades nocivas às relações estabelecidas no interior das relações entre os colegas de trabalho: a competitividade. Esse cenário de disputa possibilita ao banco atingir, cada vez mais, o crescimento financeiro. Isso se expressa a cada trimestre, semestre, ano, ao acompanhar os relatórios entregues ao Banco Central (BC). O lucro cresce substancialmente, junto com a sensação de exaustão de funcionários com mais de 25 anos de casa, por exemplo, que acompanhou essa dinâmica de modificações estruturais. Essas práticas diárias são demarcadas pelos trabalhadores. Conforme relata o entrevistado (D):

“Mas os gerentes de negócios é como se fossem o peão do xadrez. “Estão na linha de frente, os primeiros a serem mortos”. No sentido de que o gerente hoje é o que traz o que o banco quer: produtos. Já o gerente administrativo é tão cobrado quanto o gerente de negócios, mas em várias coisas que nem aparecem. E é um cargo que está acabando. O banco quer virar puramente negócios e centralizar essa parte burocrática. Todo mundo sabe que é “fumo” ser gerente de negócios, mas os funcionários novos, na sua maioria, querem ser promovidos na área comercial e não na administrativa. Pois quem está nessa área não é visto”. (D)

Trata-se de uma violenta pressão por produtividade, principalmente a intensificação do ritmo e jornada de trabalho em um quadro de contínua ameaça de permanência no emprego ou na qualidade de subemprego. As formas atuais de controle e dominação do trabalho baseiam-se na adesão absoluta do trabalhador às estratégias mercadológicas das empresas, que se convertem em centros de “canalização energética” para o capital. Não se trata somente da mobilização dos corpos, mas sim a “mobilização total do indivíduo que se deseja obter; é não somente sua energia física e afetiva, mas também sua energia psíquica que se procura captar” (AUBERT E GAULEJAC *apud* JINKINGS, 1991, p.6). Pressionado em diferentes níveis, o trabalhador bancário reduziu seu espaço de trabalho em duas frentes: ou trabalha no setor administrativo, ou trabalha na linha de negócios. Após vivenciar esse novo horizonte, e impossibilitado de alterar a lógica estabelecida pelo capital financeiro, os trabalhadores passam a ter dificuldades para organizar-se enquanto categoria, dificultando os movimentos de reação em relação ao capital. Nesse momento cabe a reflexão: como está se estruturando a noção de categoria profissional? Como é o campo do desenvolvimento da consciência para além do entendimento em si, mas agora, para si?

O trabalhador bancário encontra-se subjugado pelo domínio totalitário do capital rentista, uma força que, nas últimas décadas, tem configurado, em escala internacional, uma conjuntura social que, em muitos pontos, assemelha-se a uma situação de guerra. A diferença é que não se trata de um conflito armado entre potências industriais e, sim, de uma guerra econômica, em que estão em jogo a sobrevivência e a liberdade de milhares de trabalhadores. Por esta causa, os bancos utilizam-se de métodos organizacionais que negam em sua essência qualquer dimensão humana em detrimento de seus funcionários, exigindo desempenho sempre superior em termos de produtividade e sujeição.

A retórica de valorização da força de trabalho, de participação e de democratização das políticas de recursos humanos institui mecanismos para a intensificação do trabalho, acarretando em alto grau de competitividade. A retórica da valorização, ao ser colocada em movimento, contribui decisivamente para levar o trabalhador bancário a alterar elementos da sua individualidade, transformando-o em uma ilha. O entrevistado (F) leva-nos a compreender es-

ses elementos de transformações na esfera da individualidade (possessiva) do trabalhador bancário:

“Individualidade (pausa) é isso: individualidade! As pessoas no banco transferem a responsabilidade dos seus direitos para outro. (...) Ele está preocupado com ele só. Não está preocupado com o todo. Isso é um problema.”

O código empresarial particular, ou regulamento interno, representa uma modalidade de exercício da disciplina que, aliado com o contrato de trabalho ou acordo coletivo, codificam a subordinação do trabalhador aos objetivos do capital bancário. Destarte, o desenvolvimento do capitalismo corresponde a uma forma particular de disciplinamento ou ciclos disciplinares, que expressa o poder do capitalista sobre a força de trabalho. Em outras palavras, a lógica capitalista está assentada na permanente tentativa de impor um padrão de disciplina e controle de acordo com o modelo de acumulação predominante em cada período de expansão do capital.

Daí a assertiva de Gaudemar (1991 *apud* SANTOS, 2008) em que o trabalhador vende, além da sua força de trabalho, sua subordinação ao capital. O capitalista compra a subordinação do trabalhador a determinadas normas de comportamento e, conseqüentemente, ao poder empresarial. Decorrente disso, a utilização ao máximo da sua capacidade intelectual: o saber fazer, as aptidões da força de trabalho. A intensificação do trabalho aparece como um modo inteiramente desejável e racional na perspectiva do capitalista.

Essa subordinação se apresenta de forma significativa nos períodos de dissídio salarial. São os meses do ano quando os sindicatos dos bancários se mobilizam para travar a luta de reajuste anual. Fala do entrevistado bancário (F), atuante no movimento, evidencia que:

“O bancário, por ter medo de ser mandado embora, de retaliações diversas, transfere para a entidade sindical a responsabilidade de comprar sua briga. (...) os bancários hoje não vão para a frente das agências bancárias como a gente ia lá atrás. Eu vou fazer a greve, eu vou correr o risco... e ele pergunta quando vocês vão fazer greve. Vocês: diretoria do sindicato? Porque o sindicato são todos. Nós somos aquelas pessoas que apenas vão coordenar o processo de greve, de aumento salarial, aquilo que a gente vai, sintetiza tudo aquilo que a categoria passa pra gente durante todo o ano. Então... mas isso, quando você tem a greve, as pessoas transferem para a gente. Então somos nós que temos que fazer... que temos que fechar as agências, que brigar com os gerentes. Ele fica ali de fora. Ligando para o gerente e dizendo,;

“Ó! Estou aqui fora. O sindicato não quer deixar entrar.”

“Então ele faz o “meio de campo” dele ... aparente... mas ele chega pra nós e fala assim...beleza que vocês estão aí... porque vou cuidar das minhas coisas... vou cuidar da minha vida. Vou viajar, vou para o Paraguai... vou pescar...Isso é

evidente para nós, diretores sindicais.”

É de tal monta a noção “individualista” (possessiva) que os que coordenam o processo de lutas, a entidade sindical, entendem que:

“O que a gente consegue fazer... é usar dessa ‘complacência’ dos bancários, de não forçar, de não criar problemas. A gente consegue, por exemplo, no caso da greve, levar com mais tranquilidade.” (F)

O processo de controle e disciplinamento contidos no discurso ideológico das instituições financeiras na era da acumulação flexível reordena a subjetividade (reificada) dos trabalhadores de modo a desenvolver patologias. A evidência fica no caso relatado pelo entrevistado (F), dirigente sindical que comenta sobre um fato de uma funcionária que exigia poder entrar na agência (em dias de greve), pois tinha que cumprir suas metas:

“A bancária tinha problemas emocionais... nós consentimos sua entrada na agência. Existiu uma situação ali que ela ligou para os seus familiares e eles chegaram agredindo o nosso diretor que estava na porta do banco. Então, são situações do nosso dia a dia. É aí que falo da individualidade. A pessoa só está olhando para ela. Mas isso não é só o bancário. É o mundo de maneira geral.” (F)

Assim, a incorporação das capacidades intelectuais dos trabalhadores no processo de gestão torna-se algo essencial ao estabelecimento do controle capitalista do processo de trabalho e de produção de mais valor.

Dentro de um sistema altamente competitivo e flexível, a empresa pós-fordista estimula o desenvolvimento da ‘iniciativa’, da ‘capacidade cognitiva’, do ‘raciocínio lógico’ e do ‘potencial de criação’ para que seus funcionários possam dar respostas imediatas a situações-problema. Ao passo que delega algum poder de decisão (propicia certa autonomia), a empresa precisa manter um controle indireto sobre a atuação de seus empregados, o que leva a fazer com que estes assimilem e incorporem suas regras de funcionamento como elemento de sua percepção, chegando num último estágio ao reordenamento da subjetividade dos trabalhadores, visando garantir a manutenção das normas empresariais. A subjetividade é assim tomada, (...), como um recurso a mais a ser manipulado, um engodo por parte do capital para que os trabalhadores, (HELOANI, 2003, p. 106) ‘crendo que sua subjetividade foi reconhecida, ponham a serviço do capitalismo seu potencial físico, intelectual e afetivo’ (ENRIQUEZ *apud* HELOANI, 2003, p. 106).

Mascarado por mecanismos de dominação do trabalho, a contemporaneidade é marcada pela fragilidade da classe social e das categorias profissionais frente à força do capital, nas palavras de Heloani (2013, p.2).

Temos uma organização do trabalho que exige uma nova modelagem, uma nova subjetividade – chamo isso de manipulação da subjetividade – e respondo com uma nova subjetividade: sendo individualista para melhor se adaptar a essa realidade. Quem é perverso não é o jovem, nem o gestor, nem o chefe. Se tiver alguém perverso é a própria forma de organizar o trabalho. Essa forma diferenciada de organizar o trabalho tem obviamente benefícios, pontos positivos, mas também tem muitos pontos negativos. Não é à toa que ainda nesta década, até 2020, segundo relatórios internacionais, a segunda causa de afastamento do trabalho será o transtorno mental, sendo que a mais recorrente será a depressão. Isso é gravíssimo. Uma característica muito forte desse modelo de organização do trabalho é a solidão. Encontra-se rodeado de pessoas, mas verdadeiramente se está só.

É possível pensar que temos dois tempos em nossa existência (vida no trabalho e fora do mesmo) convivendo, diariamente, com o modo de produção capitalista e sua manifestação de troca?

Em termos compensatórios aparentemente naturais da opressão laboral, o tempo fora do trabalho não traz as vantagens que poderíamos esperar. Ao considerar os argumentos de Dejours (1991), percebe-se que a questão das estruturas do tempo fora do trabalho é caracterizada pelo comportamento condicionado à produtividade da organização do trabalho, em que “despersonalizado no trabalho, ele permanecerá despersonalizado em sua casa” (DEJOURS, 1991, p. 46). Frente à incorporação massificada dos dois momentos da existência dos trabalhadores, a entrevistada (A) entende que:

“Não, de fato não dá para separar. Eu sempre segui por essa linha. Em casa eu disfarçava que estava tudo bem, mas sabe aquela coisa na cabeça não desliga. A cabeça não desliga, o corpo não desliga, sabe... é um desgaste. Um dia minha filha me falou... um dia que estava meio triste. Logo que saí, sabe, não é fácil... A gente passa por um momento de tristeza pela saída. Aí ela falou, ‘mãe, sabe o que está acontecendo? Você vivia muito no banco, era só banco (se emociona). Tua vida era o banco’. E não é verdade. Eu me desdobrava entre a casa, marido, filhos.” (A)

A fala da entrevistada (A) evidencia o reflexo da disciplina imposta pela organização do trabalho como uma contaminação involuntária do tempo fora do trabalho. Esse período e durante os dias de folga as atividades e o repouso são verdadeiramente comandados pelo cronômetro. “Assim, eles conservam presente a preocupação ininterrupta do tempo permitido a cada gesto, uma espécie de vigilância permanente para não deixar apagar o condicionamento mental ao comportamento produtivo” (DEJOURS, 1991, p.47).

O ritmo do tempo fora do trabalho não é somente uma contaminação, mas antes, uma estratégia destinada a manter eficazmente a repressão dos comportamentos espontâneos no intuito de apresentar um espaço de tempo

no condicionamento produtivo. Os que pertencem ao núcleo familiar - pais, filhos, amigos mais próximos - também sofrem com a despersonalização pelo trabalho:

“Deixei de passear com meus filhos, deixei de fazer uma viagem mais longa, pois férias eram quando te davam, não era quando você queria. E isso e aquilo né?!... Será que valeu a pena né?! Então, assim você tenta se encontrar nesse sentido, né...?!!! A família... tudo bem...reconhece o trabalho, né?! Lógico! Trabalhei pra quê?! Em primeiro lugar, você trabalha para você e para os filhos, pra ter uma condição de vida. Mas em detrimento à qualidade de vida.”(D)

Esse círculo vicioso, sinistro da alienação pelo sistema vigente delibera o comportamento condicionado e o tempo recortado sob medidas da organização do trabalho, formando, nas palavras de Dejours (1991, p. 50), “verdadeira síndrome psicopatológica que o operário, para evitar algo ainda pior, se vê obrigado a reforçar também ele. A injustiça quer que, no fim, o próprio operário torne-se o artesão de seu sofrimento. ”

Cercado por forças materiais que nos colocam acuado frente ao “monstro” que nos espanta diariamente, e fragilizado em relação às forças de representatividade sindical, este sujeito histórico – trabalhador bancário – passa a assimilar, sem perceber, respostas que são manifestadas no corpo. Há impactos biopsicossociais no corpo do bancário e com sequelas nos membros da família, como depressão, problemas estomacais, enxaquecas etc.

Trabalhar em banco pode representar, para uns, os primeiros passos do jovem que tem o futuro profissional a ser construído e quer fazê-lo com maior sucesso social do que seus familiares. Para Blass (1992), pode significar um trabalho assalariado com maior prestígio social por tratar-se de um serviço “limpo”², baseado no trato com o público, intelectualizado, de maior responsabilidade e confiança, dado que manipula grandes somas em dinheiro; constrói, muitas vezes, amplo *networking* ; trabalha visualmente elegante etc. Essas ideias associadas muitas vezes à atividade bancária são constituídas em oposição ao trabalho fabril, realizado principalmente nas indústrias metalúrgicas, mecânicas, siderúrgicas identificadas com o “trabalho sujo”. Embora nosso intuito não seja delinear a trajetória de trabalhadores em bancos, os entrevistados apresentam que essa foi uma tendência que influenciou na opção inicial de trabalho (BLASS, 1992).

Esse fator, entre outros, pode ser explicativo para a entrada do profissional para o ramo financeiro bancário, conforme relata a entrevistada (B):

“Na verdade, entrei como estagiária. Trabalhei um ano e depois fui efetivada. Lembro como se fosse hoje (risos). Eu não me dava conta da situação como

2 Linhart (1978, *apud*Blass, 1992), ao relatar a sua experiência de trabalho na Citroën, lembra o orgulho de um velho operário próximo da aposentadoria, diante do sucesso profissional de seu filho como guarda de trânsito. Comenta o operário a esse respeito: “Você compreende, ele não tem de pegar nada com as mãos. Trabalha com luvas brancas. De noite, quando vai para a mesa, nem precisa lavar as mãos” (p. 99). Esse depoimento ilustra a valorização do trabalho “limpo” por aqueles que na divisão técnica do trabalho desempenham “tarefas braçais”.

um todo. As pessoas comentavam como estava me sentindo por ser efetivada, achava aquilo consequência de um bom trabalho que realizei no estágio. Sabe... Vendi bem, ajudei meus colegas. Não precisei ficar pedindo para ser efetivada, aquela coisa de ficar me mostrando... Foi relativamente natural. Mas não posso negar que era um sonho meu trabalhar no banco. Talvez pelo fato de meu pai ter sido bancário, achava aquilo chique... sei lá. Me lembro dele datilografando (risos). Ele me levava para a agência para ficar com ele à noite. Imagina que interessante! Me colocava na máquina de escrever e me ensinava a datilografar.”

Ganhar a condição de socialmente reconhecida é uma condição exigida pela propaganda ideologizada da cultura capitalista. Assim, ser “chique” é uma condição que não é apenas uma representação do trabalhador em relação a si mesmo, mas em relação de como a comunidade o vê. Pois o conteúdo “chique” é aceito por todos: ser bancário é ser produtivo, diferenciado. Torna-se, assim, para quem deseja alcançar espaço no mercado de trabalho, a busca de realizar “um sonho”.

Ao mesmo tempo, conforme explicita a entrevistada (B), a conquista da carteira assinada. É a regularidade da profissão por meio do estágio. Trabalhou um ano sem a formalidade do registro em carteira, pelo fato de ter vendido muitos produtos, “ajudado” os funcionários a cumprirem suas metas, foi efetivada.

As transformações ocorridas no sistema bancário e na organização do trabalho reduzem, paulatinamente, as práticas de trabalho a um conjunto de tarefas repetitivas, fragmentadas, parciais, “[...] ‘bitolantes’, vazias de conteúdo e pré-programadas” (BLASS, 1992, p. 51).

“É uma correria o dia inteiro, sem parar. Embora muito serviço seja feito de forma automática (no autoatendimento, via internet etc.), a fila ainda é grande dentro da agência. Esse pessoal que vai ser atendido pessoalmente é para descontar um cheque de valor alto (sendo que a gente já não pode ficar com muito dinheiro em caixa, isso é outro problema), vai sacar algum dinheiro porque seu cartão não está funcionando, alterar alguma senha... sem contar o medo que estamos ficando, por conta dos assaltos. Tem tido muito assalto em cidades pequenas. Enfim, é tudo a mesma coisa, é tudo sempre ‘correndo’, sempre os mesmos serviços, sempre os mesmos medos, sempre as mesmas reclamações (minha e dos clientes)”. (B)

A entrevistada B apresenta sintomas psicossociais que se diferenciam entre os bancários entrevistados: a relação de medo, angústia, ansiedade, falta de reconhecimento de si diante do trabalho. Essas perspectivas abordadas em Dejours (1991, p. 107) reafirmam que:

Fala-se da ansiedade justamente quando se fala da ‘tensão nervosa, de ficar uma pilha’, com ‘os nervos à flor da pele’ etc. É por aí, e não como se poderia pensar,

ou como os trabalhos de certos especialistas instigam a considerar a questão: isto é, pelos efeitos da 'carga psicossensorial', que compreende, por exemplo, os efeitos da vigilância, da tensão de concentração, da memorização etc., mesmo se esta carga existe e contribui parcialmente para o sofrimento sentido.

Uma corroboração a mais da intensidade das sensações angustiantes, bem como do medo é fornecida pelos problemas de sono e, sobretudo, pelo consumo de medicamentos psicotrópicos, por quatro dos seis entrevistados:

"Muito, muito, mas muito mesmo! Eu tenho uma gastrite crônica. Fiz vários anos de tratamento. Isso vai e volta. Mas tá lá. É do quê? É de estresse. Tensão, estresse, cobrança... isso vai somatizando. Eu saí do (fala o nome da instituição financeira) com pedra na vesícula. Não sei se isso é uma doença relacionada ao trabalho, não sou médica, mas a gastrite tenho certeza absoluta que é (risos). Faz quase 20 que tem períodos graves e outros nem tanto. Isso é muito da tensão do dia a dia. Queira ou não queira, agora não. Aqui isso é mais *light*. Lá existia isso de uma forma mais intensa. Eu vivia com os ombros aqui (gesticula) com frequência tenso. Quero dizer, é do banco." (A)

Mas a aprendizagem que ocorre no interior da empresa transcende seus limites geográficos. O processo de desgastes físico e psíquico ao atingir graus incontroláveis é reproduzido no interior dos lares. Os filhos e demais membros da família recebem os impactos negativos do trabalhador bancário. Normalmente, é no meio familiar que o trabalhador bancário manifesta seus descontentamentos, aborrecimentos, extrapolando, muitas vezes, o comportamento verbal e físico. O distanciamento entre os familiares é corrente. Assim:

"Mas voltando ao assunto saúde, meus filhos até falam: Nossa, mãe! Você está mais leve. Você estava sempre com cara de brava, sabe? Sempre brava, já respondia brava. Aí a gente para pra pensar: a gente traz aquela carga para dentro de casa. Para dentro do seu lar você traz aquela carga de ansiedade, de tensão, de preocupação com o dia seguinte. O final do mês está chegando eu não entreguei as metas, ai meu Deus!!!! Então, quem olha para você não consegue sentir isso. Hoje eu consigo fazer uma análise, mas meus filhos conseguem sentir. Meu filho falou esses dias: 'você está melhor, mãe'." (E)

Se não bastassem as incongruências na esfera pessoal e familiar, é comum que o trabalhador bancário chegue ao trabalho movido a medicamentos. Esse procedimento é a forma encontrada para suportar as condições de trabalho e demais relações presentes nesse espaço do capital financeiro. Esse universo tem caminho certo: o trabalhador bancário passa a conviver com os remédios, portanto, com as doenças, sejam ocupacionais ou não. É um conjunto de desdobramento na esfera física e psíquica do trabalhador que alcança num dado momento que o fim é previsível: quando chega a aposentadoria, suas condições de qualidade de vida são quase nulas.

“Por um determinado tempo de banco não posso reclamar. Foi indo. Talvez pelo fato da idade. Era bem mais novo. Mas olha!!! Bom... o médico do coração disse para mim: ‘o seu remédio é sair do banco. É a única solução duradoura para você. Como sei que você não vai fazer isso, vou te passar uns remédios etc e tal...’ só para você ter uma ideia da coisa, né? (risos). Eu fiquei um caco. Olha, é remédio para tudo que tomo: dois remédios para pressão, para colesterol, é para isso, para aquilo. Uma loucura! Uma coisa que me ajudou um pouco foram as caminhadas. Só que imagina antes de me dar conta disso tudo. Eu achava que não tinha tempo de caminhar. Chegava às 08 h e saía às 18h só o pó. A minha vontade era esquecer tudo. Queria ficar em casa, sair, tomar cerveja, curtir um pouco, pois a sensação era de que só tinha aquele tempo para tentar esquecer o banco. Mas tive que tomar consciência, parar de beber e fazer atividade física. Por um tempo fiquei bom. Mas estou numa fase desanimada de volta. Parece que não tem solução, não. O jeito é sair do banco. Só que é o seguinte: se o banco quiser me mandar embora, ele vai mandar. Eu não vou sair. Se não meu prejuízo é muito grande. Vou levando assim, do jeito que dá. Mas tomo remédio para dormir também. (risos)” (B)

Por outro lado, mesmo estando em condições de enfermidade diária, o trabalhador tem dificuldades em assumir sua condição e, quando discursa, naturaliza sua condição de trabalhador bancário.

“Estou tranquilo, não posso dizer que o banco afeta minha saúde, não. Tomo remédio para depressão, mas não tem nada a ver com o banco, minha família toda tem. Ah! Também trato uma gastrite. Será que é por conta do estresse?... (pausa)” (F)

Na condição de trabalhador assalariado, possuidor de uma consciência individual e grupal reificada, os trabalhadores bancários atingem, na condição de exercitarem suas atividades subordinadas ao capital financeiro, o maior grau de negação de suas existências. Na condição de sujeitos do processo de reprodução social, não conseguem perceber o quanto suas vidas não lhes pertencem, mas sim, ao capital.

Ao objetivar a apreensão das dimensões da ação do trabalhador bancário em um cenário de transformações técnicas, científicas e organizacionais, verificamos um intenso processo de reestruturação, tanto tecnológica como organizacional, para o período de 2000 a 2010, em Maringá e Região Metropolitana. Essa reformulação impactou de forma nociva a subjetividade, portanto, a consciência do trabalhador bancário.

Vale saber que o valor de uma mercadoria, para Marx (2012, p. 61), é determinado pelo tempo médio socialmente necessário para produzir uma dada mercadoria. No caso do trabalhador bancário, o tempo médio necessário para reproduzir uma dada relação social é o espaço necessário para dar funcionalidade à produção que se realiza na relação trabalho humano/natureza. “Como

valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza”³. Para calcular o valor de troca de uma mercadoria, temos então de acrescentar à quantidade de trabalho invertida nela. Por sua vez, é de fácil compreensão que o preço é a expressão em dinheiro do valor. Ao considerar a premissa de que o trabalhador vende todos os dias sua força de trabalho, deve-se chegar a uma aceção de algo próximo do que seja o valor do trabalho. Aqui chegamos ao ponto central, pois ao tratar do valor da força de trabalho, a historicidade imanente à mercadoria em questão implica na completa indeterminação de seu valor de um ponto de vista histórico-abstracto:

O presente trabalho possibilitou, por meio da pesquisa de campo que teve como sujeitos da pesquisa trabalhadores bancários, aposentados e ex-bancários pertencentes à cidade de Maringá e Região Metropolitana, uma aproximação da compreensão de que o modo contemporâneo de produção, reprodução e gestão do trabalho preserva e aprofunda a subordinação do trabalho ao capital, degradando as condições laborais de milhares de bancários. As evidências do caráter deletério das novas determinações do trabalho são resultantes do projeto de sociedade burguês, que tem sua última investida a partir da reestruturação produtiva a partir de 1970 e aprofundada na década de 1990. Estão caracterizadas no produto do trabalhador bancário, que se dilui e se disfarça nos documentos e registros, dados computadorizados e impulsos eletrônicos que representam as cifras e os valores da mercadoria-dinheiro, seu objeto de trabalho. Constata-se nos conteúdos apresentados pelos entrevistados que no trabalho bancário o processo de reprodução do capital, sob a hegemonia do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, é impulsionado pelo trabalho bancário na medida que este agiliza a circulação da mercadoria-dinheiro.

É um contexto de trabalho fragmentado, em que os bancários dificilmente apreendem em sua totalidade o significado de sua atividade, pois não se trata de um trabalho que se efetiva em termos de valores de uso ou valores de troca na sua forma física ou social como valor. É na transferência e redistribuição dos valores da mercadoria-dinheiro (de propriedade alheia) que se dedica o bancário na sua rotina de trabalho, operações necessárias à agilidade do fluxo de capital no cotidiano de trabalho. Trata-se de um processo de produção dominado, em todas as suas esferas produtivas e reprodutivas, pela relação capitalista, portanto, reificadas.

Considerações finais

Na objetividade, o projeto teleológico desses trabalhadores foi alterado, pois os bancários, ex-bancários e aposentados do segmento deparam-se com o comprometimento da subjetividade. O trabalho, que é categoria fundante no enredo apresentado, aliena e coisifica o trabalhador em sua atividade co-

³ Marx (1978, p. 88)

tidiana no interior das agências bancárias. Os projetos pessoais, familiares e sociais passam a ter um maior grau de dificuldade e complexidade para serem colocados em movimento. A totalidade dos entrevistados deixou explícito que não se reconhece na atividade que exerce, apresentando um caráter deletério nas relações por eles estabelecidas no interior das agências bancárias, bem como fora delas. O campo econômico é exaltado e o campo social é aniquilado sob a égide da hegemonia do capital financeiro.

O medo, presente no conteúdo das falas dos entrevistados, encontra referência na fundamentação de Dejours (1991): o medo constitui uma das dimensões da vivência dos trabalhadores no cenário bancário, além do “medo” propriamente dito, a manipulação do “afeto” se tornou prática normal nos círculos das empresas bancárias, *vis à vis* os relatos dos entrevistados. Para Enriquez (2000), apesar de ser uma característica marcante do capitalismo, o triunfo do ser humano como senhor do seu destino, “jamais o indivíduo esteve tão encerrado nas malhas das organizações (em particular, os bancos) e tão pouco livre em relação ao seu corpo, ao seu modo de pensar, à sua psique.

A priori, o trabalho é categoria fundante do ser social. E, ainda, toda tarefa, toda atividade, conforme Dejours (1991), é suscetível de servir, para alguns, de suporte num processo de sublimação. Contudo, reconhecemos que a tendência geral à estrutura organizacional praticada nas instituições financeiras compromete a subjetividade do trabalhador bancário. Entendemos que as organizações bancárias evoluíram a ponto de serem protagonistas que ditam as tendências, confundindo os valores da sociedade com os seus próprios valores. Para o indivíduo, a vida organizacional é o núcleo da sua vida. A sociedade está integrada de modo a exaltar efusivamente as virtudes do modelo econômico neoliberal que as sustenta, induzindo que os indivíduos estejam comprometidos com essa ideologia. Conforme Santos (2009, p. 50):

[...] as matérias veiculadas nessas revistas reproduzem o padrão de sucesso da empresa individualista, em que cada um é o responsável por encontrar o seu próprio sucesso, respondendo por sua empregabilidade e por sua carreira, sendo alguns desses elementos: o sucesso deriva-se do trabalho exaustivo; o empregado deve vestir a camisa da empresa; o excesso de trabalho é visto como natural; o crescimento profissional deve ser rápido e contínuo; os executivos são felizes trabalhando 12 horas por dia; os sacrifícios em prol do trabalho e da carreira devem ser valorizados; são dignos de admiração aqueles que mantêm uma agenda lotada de compromissos, o que denota *status*; primeiro a empresa, depois o indivíduo, mesmo em questões rotineiras, como abrir mão do almoço para cumprir tarefas laborais.

Há uma ligação afetiva que garante a efetividade do controle: internalização dos valores da empresa e desejo precípuo do indivíduo em vencer, qualquer que seja o preço a ser pago. A resistência do indivíduo diminui porque este não possui objetivos econômicos, mas também aspira a ideais outros, como prestígio, reconhecimento e poder. Sendo que a organização aparenta

ser o lugar adequado para se alcançarem tais objetivos. Por meio da autoper-suasão, o trabalhador vai vincular-se cada vez mais à cultura da empresa. São excluídos do sistema todos aqueles que não são obcecados pelo sucesso ou se negam a participar dos jogos de poder. Siqueira (*apud* SANTOS, 2009).

Entendemos que na estrutura organizacional há o que Enriquez (2000) chama de erotização das relações. A libido é (re)sexualizada e não é tão somente canalizada para o trabalho, mas favorece a identificação, a coesão social no “espírito” da empresa. O indivíduo (trabalhador) é conduzido a vender os produtos bancários, gerar produtividade e “vestir a camisa da empresa” com paixão, afirmando sua virilidade e força física (mesmo em se tratando da mulher). Assim, obtém-se a mobilização geral das energias do bancário.

Assim, somos levados a evidenciar que, ao lado dos aspectos clássicos da exploração da força de trabalho, a entidade rentista apodera-se não somente do lucro produzido pelo trabalhador, mas da sua individualidade viva, comprometendo todas as dimensões do imediatismo do cotidiano do trabalhador bancário. O valor do trabalho do indivíduo bancário, embora oculto e impossível de determinar, haja vista o trabalho não ser uma mercadoria qualquer, mas atividade que dialoga com a natureza – como vimos em Marx –, não é apenas vendido ao capital financeiro na condição de uma mercadoria qualquer universal: é uma mercadoria vendida com conteúdo e consequências especiais, não apenas entregue na sua totalidade - física, psíquica e social -, mas sim, colocado no altar dos deuses financeiros como forma de sacrifício em troca da condição de se manter, crescer e perpetuar. Esse indivíduo (trabalhador bancário) muitas vezes não se reconhece em sua totalidade como ser pensante livre e autônomo.

Mas o desencontro entre os trabalhadores vinculados ao trabalho bancário na contemporaneidade, sob a forma e lógica do capital financeiro, não é uma condição que coloca os trabalhadores como derrotados, na condição de impossibilitados de criar outra lógica com forma e conteúdo para além do capital, espaço que é possível pensar, acreditar e construir no campo teórico-prático, outra sociabilidade. Ao agarrarmos na expressão de A. Schnitzler, nos alimentamos que: “a alma é uma terra estrangeira/estranha” e que, pois, apesar das numerosas armadilhas semeadas pelo discurso do capital financeiro hegemônico, levantar-se-ão sempre os indivíduos que, conscientes de sua estranheza, do aspecto labiríntico de sua alma, preferirão as alegrias (e as angústias) que expressam o fato de serem sujeitos pensantes e falantes. Com certeza, nosso tempo é o tempo presente, é o aqui e o agora.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W., & HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. (G. A. ALMEIDA, Trans.) Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALVES, G. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.

ANTUNES, R. *A dialética do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BLASS, L. M. *Estamos em Greve: Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

DEJOURS, C. *A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 4. ed. (A. I. PARAGUAY, & L. L. FERREIRA, Trans.) São Paulo: Cortez – Oboré, 1991.

ENRIQUEZ, E., MOTTA, F., & (Orgs.), F. M. *Vida Psíquica e organização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

IZUMI, P. K. *O bancário e a exigência de uma nova qualificação*. São Paulo: EDUC, 1998.

JINKINGS, N. *O mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário*. São Paulo: Boitempo, 1995.

_____. Os trabalhadores bancários em face da reestruturação capitalista contemporânea. *Cadernos de Pesquisa*, ago/2001, 1-22.

_____. *Trabalho e resistência na "fonte misteriosa": os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. Campinas, São Paulo, Brasil: Editora da Unicamp, 2002.

LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*. (J. P. NETTO, Trans.) São Paulo: Cortez, 1995.

LUKACS, G. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. *Revista Temas*, 1979. 1-18.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2. ed. (J. C. BRUNI, E. MALAGODI, J. A. GIANNOTI, W. REHFELD, & L. KONDER, Trans.) São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *O Capital*. v. III/VI. Rio de Janeiro: Civilização, 1974.

_____. *O Capital: crítica da Economia Política: livro I: o processo de produção do capital*. 30. ed. v. I. (R. SANT'ANNA, Trans.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. (P. C. CASTANHEIRA, & S. LESSA, Trans.) São Paulo: Boitempo, 2011.

NASCIMENTO, I. C. A determinação do valor da força de trabalho: um estudo sobre a questão do salário em Marx. 1987. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo, Brasil.

OCADA, F. K. Trabalho, sofrimento e migração internacional: o caso dos brasileiros no Japão. In: R. ANTUNES, & SILVA, Maria A. Moraes, *O Averso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SANTOS, C. P. Dinheiro, Trabalho e as Tecnologias de Informação e da comunicação: um estudo sobre controle e disciplina na empresa bancária. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2008.

WOLF, S. *Qualidade Total e Informática: a constituição do novo «homem-máquina»*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.